

## DE VOLTA AO CAPITAL MERCANTIL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*In Maria Angela D'Incao, História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo, Brasiliense, 1989: 279-297.*

**Abstract.** This paper in honor of Caio Prado Jr. praises his application of the concept of mercantilist capitalism to understand the Brazilian colonization, and the pre-1930 independent period, but criticizes the affirmation that Brazil would remain mercantilist such till 1986, when he publishes *A Revolução Brasileira* – the central work to the ‘functional-capitalist’ interpretation of Brazil. Third, it applies the concept of mercantilist capitalism to criticize the clientelist (patrimonial, mercantilist) policies adopted by the Sarney administration after the failure of the Cruzado Plan.

Caio Prado Júnior foi o grande intérprete do capitalismo mercantil brasileiro. Ninguém analisou melhor do que ele a natureza do Brasil colonial, ninguém demonstrou com mais clareza como a formação colonial brasileira marcaria e definiria a economia e a sociedade brasileiras até a segunda metade do século XX. Utilizando de maneira pioneira no Brasil o instrumental teórico do materialismo histórico, ao mesmo tempo em que recusava qualquer tipo de ortodoxia, Caio Prado desenhou nos anos 30 e 40 o grande quadro do subdesenvolvimento brasileiro baseado no capital mercantil, que se manifestou no Brasil e nas demais regiões tropicais da América, através da colonização de exploração e não da colonização de povoamento.

A análise das raízes do subdesenvolvimento brasileiro torna Caio Prado, além de eminente historiador, um dos fundadores do pensamento econômico brasileiro. Por isso, quando em 1980 foi fundada a *Revista de Economia Política*, Caio Prado foi considerado um de seus patronos, ao lado de Celso Furtado e Ignácio Rangel.

Caio Prado recusou-se, entretanto, a reconhecer a emergência do capital industrial no Brasil a partir dos anos 30. Em seu memorável ensaio de 1965, *A Revolução Brasileira*, escrito portanto logo após o golpe de Estado de 1964, ele reafirmou de maneira dramática a perfeita continuidade do capitalismo mercantil no Brasil. Esse ensaio foi a base teórica de uma interpretação equivocada, porque ressentida sobre o Brasil, que denominei “interpretação funcional-capitalista”<sup>1</sup>.

Desde 1930, através de marchas e contramarchas, o que assistimos foi à emergência do capital industrial, ora em conflito com o capital mercantil, ora em aliança com ele. A tendência, entretanto, apontava na direção de uma crescente hegemonia da burguesia industrial.

Ora, no momento em que essa hegemonia parecia se consolidar, com a redemocratização e o advento da *Nova República*, nesse momento, ou mais precisamente, em 1987, depois de dois anos de indefinição, o que vemos, por uma ironia da história, é de novo o controle político do país passar para o capital mercantil, hoje transformado em capital parasitário. Caio Prado Júnior poderá assim argumentar que essa foi a vingança da história à crítica que lhe foi feita.

Neste trabalho em homenagem a Caio Prado Júnior, pretendo fazer a análise da crise política brasileira atual a partir das categorias do capital mercantil e do capital industrial. Começarei por uma rápida definição da crise atual do Brasil, da crise da *Nova República*. Em seguida, retomarei aos conceitos de capital mercantil e capital industrial e discutirei a aplicabilidade desses conceitos ao Brasil. Estarei, então, em condições de rever a análise de Caio Prado Júnior, do permanente caráter mercantil da economia e da sociedade brasileiras, que deu origem, após 1964, à “interpretação funcional-capitalista” do Brasil. Em seguida, sintetizarei minha interpretação do processo de redemocratização ocorrido no Brasil a partir de meados dos anos 70, quando a adesão da burguesia industrial às teses democráticas possibilita a formação de um pacto político democrático, unificando as três classes do setor capitalista moderno brasileiro: os trabalhadores organizados, a classe média intelectualizada ou tecnoburocrática e a burguesia industrial. Na parte final desta conferência examinarei os fatos que levaram o governo Sarney a romper esse pacto e devolver a direção política do país ao capital mercantil, ou seja,

---

<sup>1</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira, *Economia Brasileira: uma Introdução Crítica*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

ao capital arcaico, parasitário, dependente dos favores do Estado, lançando o país em uma gravíssima crise de legitimidade política, na medida em que deixava de haver consonância entre o sistema real de forças econômicas e sociais e o governo central.<sup>2</sup>

## 1

O Brasil vive hoje uma crise política e uma crise econômica sem precedentes. A crise política não é apenas uma crise de legitimidade do governo semelhante à verificada nos últimos anos do regime militar. E também uma crise de desilusão e de falta de perspectivas, de falta de esperança mesmo. A crise que marcou o final do regime militar foi também grave, mas era uma crise marcada pela esperança, pela perspectiva da redemocratização.

A crise é de falta de legitimidade porque o governo perdeu qualquer apoio da sociedade civil. Não se trata apenas de perda de popularidade, de falta de apoio do povo. Também as classes dirigentes, que têm um peso muito maior na sociedade civil que os cidadãos comuns, perderam a confiança no governo. Os níveis de popularidade do governo Sarney caíram tanto que, em março de 1988, eram piores do que os índices alcançados pelo governo Figueiredo quatro anos antes. Segundo pesquisas da *Folha de S. Paulo*, enquanto o presidente Figueiredo, no auge da crise do regime militar, em plena Campanha das Diretas, obtinha, em março de 1984, 10% de bom e ótimo e 40,5% de ruim e péssimo em São Paulo (18.3. 1984), o presidente Sarney obtinha quatro anos mais tarde, no mesmo estado, 11% de ótimo e bom e 64% de ruim e péssimo<sup>3</sup>.

Ora, quando a perda de popularidade alcança tais níveis é certo que houve também perda de apoio da sociedade civil. Configura-se então a crise de legitimidade, surgindo em conseqüência o problema da ingovernabilidade. O governo, isolado da sociedade, se imobiliza, e a crise só tende a se aprofundar.

Tão ou mais grave do que a crise política, porém é a crise econômica. Vivemos nos anos 80 a mais grave desaceleração econômica da história do Brasil industrial. Há sete anos, desde o final de 1980, a renda *per capita* brasileira não cresce, e não há perspectiva de que em 1988 volte a crescer. Desde que se iniciou o

---

<sup>2</sup> Esta é uma versão reduzida do trabalho original apresentado em Marília, em que foi mantida apenas a parte essencial da análise da crise da *Nova República*. Uma outra versão deste trabalho foi publicada em *Novos Estudos CEBRAP*, nº 23, com o título “A Crise da Nova República”, em que a análise da obra de Caio Prado Júnior foi reduzida, enquanto a análise da *Nova República* foi mantida na íntegra.

<sup>3</sup> *Folha de São Paulo*, 13.3.1988.

processo de efetiva industrialização do país por volta de 1980, não assistíamos a um processo de estagnação econômica com essa duração. Em 1930 tivemos uma grande crise interna, reflexo da crise mundial, mas já em 1933 havíamos retomado o crescimento e superado os níveis de produção industrial de 1929.

As duas crises são autônomas, embora interdependentes. A crise econômica precedeu a crise política. Na verdade, a perda de legitimidade do governo foi em grande parte decorrência de sua incapacidade de enfrentar com a determinação necessária as causas básicas da estagnação econômica. Essas causas estão hoje muito claras e estão inter-relacionadas: de um lado temos o profundo desequilíbrio financeiro do setor público, de outro a dívida externa excessivamente elevada. Ou, em outras palavras, de um lado temos o déficit público, a dramática redução da capacidade de poupança do Estado, de outro, a necessidade de realizar pesadas transferências de recursos para o exterior, para pagar os juros da dívida. As conseqüências são a redução dos investimentos, a inflação, a concentração de renda nos setores improdutivos da economia, e finalmente a própria estagnação econômica.

Mas a crise política tem causas especificamente políticas. O governo Sarney revelou-se incapaz de ser fiel ao pacto democrático que reuniu os setores modernos da sociedade brasileira: os empresários industriais, a classe média intelectualizada e os trabalhadores organizados. Rompeu esse pacto ao reconduzir ao poder os representantes do capital mercantil parasitário, ao se aliar aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira para garantir cinco anos de governo para si próprio. A perda de apoio da sociedade civil tornou-se assim inevitável.

Farei neste artigo a análise da crise política atual à luz das categorias de capital industrial e de capital mercantil. Para isto deveremos voltar a Marx, que fez originalmente essa distinção, e a Caio Prado Júnior que utilizou o conceito de capital mercantil para analisar as bases do subdesenvolvimento brasileiro.

## 2

A distinção teórica entre capital mercantil e capital industrial encontra-se na obra de Marx, particularmente no primeiro volume de *O Capital* e no *Sexto Capítulo Inédito*. Marx estava preocupado em compreender os fundamentos do modo de produção capitalista da teoria do valor e do conceito dela derivado

de mais-valia. De acordo com seu método, sua análise não poderia ser apenas teórica, deveria ser também histórica. Por isso ele opôs o capitalismo ao feudalismo. Mas compreendeu que não bastava essa dicotomia histórica excessivamente ampla, e para chegar ao “modo especificamente capitalista de produção” teve que definir como fase intermediária o capitalismo mercantil, quando ocorre a acumulação primitiva do capital.

O capitalismo mercantil está baseado fundamentalmente na especulação, na compra e venda de mercadorias por um preço desconectado de seu valor-trabalho. “Comprar para vender, ou, mais precisamente, comprar para vender mais caro, M-C-M, indiscutivelmente parece ser a forma peculiar a apenas um tipo de capital, o capital mercantil”<sup>4</sup>. O lucro especulativo é viável devido às imperfeições do mercado, devido a comércio de longa distância e aos monopólios comerciais estabelecidos pelas monarquias absolutas. Por isso, o capitalismo mercantil é também um capitalismo umbilicalmente dependente dos favores do Estado. Essas formas de acumulação primitiva estabelecem as bases para acumulação especificamente capitalista de capital via realização de mais-valia absoluta e especialmente mais-valia relativa.

O capital industrial, portanto, ao contrário do capital mercantil, está baseado na concorrência entre capitais e na contínua incorporação de progresso técnico aos processos produtivos. Na medida em que a mais-valia relativa se realiza no mercado, através da troca de equivalentes, a acumulação de capital só se viabiliza através do contínuo aumento da produtividade. O capital industrial pode também adotar práticas monopolísticas e obter favores do Estado, mas o que o define antes de mais nada é sua permanente preocupação com custos e com competitividade, é a racionalidade expressa não apenas na definição de um objetivo preciso - o lucro -, mas também dos meios mais adequados para alcançá-lo - a incorporação de progresso técnico. Enquanto o capital mercantil não pressupõe sequer a submissão formal do trabalho ao capital<sup>5</sup>, o capital industrial é impensável sem a submissão não apenas formal mas também real ao capital. Em outras palavras, enquanto o capital mercantil pode realizar um lucro simplesmente vendendo especulativamente mais caro o que comprou (ou então recebendo favores do

---

<sup>4</sup> Karl Marx, *O Capital*, Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 256. (1ª ed. alemã 1868).

<sup>5</sup> Karl Marx, *Um Chapitre Inédit du Capital: Resultats du Processus de Production Immédiate*. Paris, Union Générale des Editions, 1971, p. 198. (Escrito em torno de 1864).

Estado), o capital industrial realiza o lucro através da mais-valia relativa, que pressupõe a existência não apenas do capital na forma de dinheiro e de mercadoria, mas também em sua forma produtiva.

Os conceitos de capital mercantil e capital industrial não são, portanto, conceitos físicos. São conceitos econômicos e históricos. Há empresas industriais que se identificam com o capital mercantil na medida em que são incapazes de incorporar progresso técnico e realizar mais-valia relativa, baseando seu processo de acumulação em subsídios do Estado e em outras formas de acumulação primitiva. Em contrapartida, existem empresas comerciais que já fazem parte do capital industrial, porque adotam práticas modernas de gestão, porque realizam lucro principalmente na medida em que aumentam a produtividade baixando custos. Por isso talvez fosse hoje melhor, mais compreensível, falar em capital ou em capitalismo arcaico, parasitário, especulativo, dependente do Estado, em vez de usar a expressão capital mercantil, e utilizar o conceito de capitalismo moderno como sinônimo de capital industrial.

Peço desculpas por retomar a esses conceitos tão conhecidos, mas eles são essenciais para compreender a contribuição de Caio Prado Júnior e para analisar a evolução recente do sistema político brasileiro. Conceitos alternativos opondo progressistas a conservadores<sup>6</sup> ou distinguindo uma política de clientela de uma política corporativista e esta de uma política democrática ou pluralista<sup>7</sup> são também úteis, mas claramente insatisfatórios para a compreensão da crise política que se desencadeia com o advento da *Nova República*.

### 3

Para Caio Prado Júnior o Brasil, desde o início de sua colaboração, foi um país capitalista. Já em *Formação do Brasil Contemporâneo* ele salienta que o sentido geral da colonização é fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais, utilizando-se como organização básica de produção a grande exploração agrária capitalista, a *plantation*. Caio Prado Júnior volta ao

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, José Luiz Fiori, *A Propósito do Pêndulo Peemedebista*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial. (Mimeografado).

<sup>7</sup> Eli Diniz, *Empresariado, Sindicato e Política Econômica no Brasil da Nova República. 1985/1987*. Rio de Janeiro, IUPERJ. (Mimeografado).

tema com mais ênfase em *História Econômica do Brasil*. Mostra como a colonização do país irá se constituir em uma vasta empresa comercial baseada na grande propriedade fundiária, na monocultura e no trabalho escravo. E salienta que embora não se confunda com a simples feitoria comercial, “conservará no entanto um acentuado caráter mercantil”<sup>8</sup>.

Segundo Caio Prado Júnior, o caráter mercantil da colonização marcará definitivamente a economia e a sociedade brasileiras. Embora já admitisse em 1942 que o Brasil “é um organismo em tranca e ativa transformação”, declara então que o passado colonial continua dominante tanto no plano econômico quanto social: “salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado caráter colonial”<sup>9</sup>. E surpreendente, entretanto, que essa mesma visão do Brasil seja reafirmada 24 anos depois, em *A Revolução Brasileira*, não obstante o enorme processo de transformação econômica e social que ocorreu no Brasil, a partir principalmente de 1930. Segundo Caio Prado Júnior, “dois remanescentes do passado colonial ainda se fazem sentir no presente: (...) o caráter originário da economia brasileira, estruturada para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial”<sup>10</sup>.

A grande contribuição de Caio Prado Júnior foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Depois da análise do sistema colonial realizada por um de seus mais notáveis discípulos - Fernando Novais<sup>11</sup> - a tese do caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva, da colonização brasileira, tornou-se definitiva. Em meu ensaio *Economia Brasileira: uma*

---

<sup>8</sup> Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1956: 22. (1ª ed. 1945).

<sup>9</sup> *Idem*, *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1957.

<sup>10</sup> Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966:131-132.

<sup>11</sup> Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

*introdução crítica*<sup>12</sup>, recusei tanto as explicações do subdesenvolvimento brasileiro baseadas na teoria do imperialismo quanto as baseadas na teoria da modernização; recusei também a tese do passado feudal brasileiro, inclusive porque essa tese acaba desaguando na teoria da modernização; e seguindo Caio Prado Júnior, fui buscar as bases do subdesenvolvimento brasileiro no caráter mercantil da colonização brasileira.

Distingui, entretanto, com clareza o capital mercantil do capital industrial; mostrei, seguindo a trilha estabelecida por Celso Furtado<sup>13</sup>, como ainda na economia cafeeira são dominantes o capital mercantil e as formas correspondentes de acumulação primitiva nas quais a extração do excedente se realiza sem a necessidade de incorporação de progresso técnico; e procurei demonstrar como a partir de 1930 o capital industrial passa a ter um papel cada vez mais importante no desenvolvimento brasileiro. Estabelecem-se então as bases de um capitalismo moderno que, nestes últimos sessenta anos, através de marchas e contramarchas, procurará se estabelecer como força hegemônica no país.

Ora, é exatamente esse último ponto que Caio Prado Júnior não reconhece. Ele escreveu *A Revolução Brasileira* logo após o golpe de Estado de 1964. É um ensaio notável porque crítico e apaixonado. É seu grande acerto de contas com a esquerda nacionalista e particularmente com as teses do Partido Comunista Brasileiro, ao qual pertencera. Ele considera as esquerdas em parte culpadas pela derrota de 1964, na medida em que desenvolveram a idéia do surgimento de uma burguesia nacional no Brasil a partir dos anos 30 e advogaram a aliança dos trabalhadores e das esquerdas com essa burguesia nascente. E vê na análise do Brasil pré-industrial como uma sociedade basicamente feudal a origem do erro de interpretação e de estratégia política das esquerdas. Nega de forma terminante a existência de relações feudais de produção no período colonial e, em conseqüência, não admite qualquer conflito entre a oligarquia agrário-mercantil, que teria origem feudal, e a nova burguesia industrial.

Caio Prado Júnior está correto quando afirma com grande ênfase que “o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como ‘restos feudais’. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque, para haver ‘restos’,

---

<sup>12</sup> Bresser-Pereira, *op. cit.*

<sup>13</sup> Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

haveria por força de pré-existir a eles um sistema 'feudal' de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós"<sup>14</sup>.

Na verdade, entendo que o debate sobre as eventuais bases feudais da sociedade brasileira recebeu um ponto final na análise de Caio Prado Júnior<sup>15</sup>. Seu argumento de que a parceria, o barracão, o cambão não são resíduos feudais, mas formas de expressão do capitalismo mercantil, é definitivo. Dessa forma não poderia realmente haver conflito entre uma oligarquia de origem feudal - que não existiu - e a burguesia industrial. Mas por que não poderia haver contradição entre essa mesma burguesia e a burguesia ou oligarquia mercantil que a precedeu no domínio absoluto da sociedade brasileira até pelo menos 1930? Caio Prado Júnior não se coloca explicitamente essa pergunta, mas a responde implicitamente ao afirmar que as características coloniais do Brasil continuam presentes quando escreve em 1966. E é absolutamente claro em declarar que não há qualquer distinção entre a burguesia industrial e a agrária: "A começar pela distinção política e de categoria social entre, de um lado, os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros (que são os grandes proprietários brasileiros, e seriam na teoria preconizada os nossos 'feudais'), e de outro lado a burguesia industrial, comercial ou outra qualquer. Todos esses grupos que constituem no Brasil, em conjunto, a classe econômica, financeira, social e politicamente dominante, se compõem da mesma categoria de indivíduos, sejam suas atividades urbanas ou rurais"<sup>16</sup>.

Ora, ao tomar essa posição extremada Caio Prado Júnior não apenas se colocou contra os fatos, mas esqueceu sua própria análise do caráter mercantil do sistema agrário brasileiro. Colocou-se contra os fatos porque está demonstrado que as origens sociais e étnicas (nacionais) dos industriais brasileiros não estão na burguesia agrário-mercantil<sup>17</sup>. Esqueceu ou não admitiu as conseqüências lógicas de sua própria teoria ao não reconhecer que há uma distinção muito clara entre capital mercantil e capital industrial e,

---

<sup>14</sup> Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira, op. cit. p. 51.*

<sup>15</sup> Ver, a respeito do debate, a resenha de José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Introdução ao Redimensionamento do Debate*, 1980.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 106.

<sup>17</sup> Ver minha pesquisa sobre as "Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas". *Revista de Administração de Empresas* (11), julho 1964.

portanto, entre uma burguesia agrário-mercantil entendida em termos históricos e a nova burguesia industrial.

A análise de Caio Prado Júnior, embora equivocada, veio responder a uma necessidade fortemente sentida por amplos setores das esquerdas brasileiras e deu origem ao que chamei de “interpretação funcional capitalista” da sociedade brasileira<sup>18</sup>. Era uma interpretação claramente ressentida. O Brasil passava a ser agora capitalista desde Martim Afonso de Sousa. E o capitalismo era um só, sem fraturas, sem descontinuidades. Diante da indiscutível unidade da burguesia brasileira nos anos que imediatamente antecedem e nos anos que se seguem a 1964, os intelectuais que adotam essa interpretação não percebem que essa era uma unidade recente, fruto de uma série de fatos novos que haviam ocorrido durante os anos 50 e principalmente em sua última metade<sup>19</sup>. Preferem entender que essa unidade sempre existira, quando, de fato, o que caracterizara estruturalmente a política brasileira nos anos 30, 40 e durante boa parte dos anos 50 fora o conflito entre, de um lado, a burguesia industrial nascente, os trabalhadores urbanos e as classes médias tecnoburocráticas - que mal ou bem formaram o pacto populista -, de outro, a burguesia agrário-mercantil, que detivera o poder econômico e político do Brasil de forma incontestada até 1930, e vira, a partir de então, seu poder começar a ser posto à prova. Sem o pressuposto desse conflito básico, ainda que nem sempre perfeitamente definido, perde qualquer sentido a análise do pacto populista. Em 1964, porém, depois de uma série de fatos históricos novos e diante de um perigo maior - o risco por elas sentido da desorganização social - as burguesias brasileiras se unem, e manterão sua perfeita unidade pelos dez anos seguintes.

#### 4

O movimento de 1964 assumiu inicialmente as características de um golpe de Estado, mas afinal se transformou em uma revolução conservadora na medida em que representou a consolidação do capitalismo no Brasil. No início dos anos 60, o modelo de industrialização substituidor de importações e o pacto

---

<sup>18</sup> Bresser-Pereira, “Seis Interpretações sobre o Brasil”. *Dados* 25(3), 1983.v

<sup>19</sup> Analisei esses fatos históricos novos em um artigo de 1963, “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira”. *Revista de Administração de Empresas* (8), julho 1963, e já na primeira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930/1967*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968, cap.5

democrático populista entram em uma profunda crise que será resolvida pelas elites brasileiras, através da Revolução de 1964. O custo político e social do novo regime é enorme, mas é inegável seu êxito econômico até o final dos anos 70 - êxito esse que se explica por uma dinâmica favorável do ciclo econômico nacional e internacional até 1973 e por uma combinação pragmática de medidas de política econômica ortodoxas e heterodoxas durante todo o período. É só a partir de 1979, quando a uma conjuntura internacional claramente desfavorável se somam erros fatais de política econômica, que o regime tecnoburocrático-capitalista de 1964 entra em grave crise econômica e política.

A partir de 1977, entretanto, a burguesia industrial começa gradualmente a romper sua aliança com o capital mercantil e com a tecnoburocracia civil e militar na qual se apoiavam os setores arcaicos e parasitários da burguesia. A redução da taxa de crescimento econômico a partir de 1975, o desaparecimento do medo em relação à “subversão comunista”, que fora instrumental para o golpe de 1964, o desagrado da burguesia industrial com a tutela política da tecnoburocracia civil e militar no poder, a convicção da burguesia industrial de que seria capaz de administrar melhor o conflito social dos que os militares, a capacidade de conciliação dos líderes políticos da oposição democrática estão entre as causas do rompimento da aliança de classes de 1964 e da formação do pacto político democrático de 1977. A partir da adesão da burguesia industrial à tese democrática, o processo de redemocratização torna-se inevitável. Os setores autoritários e conservadores da tecnoburocracia civil e militar, aliados à burguesia mercantil dependente dos favores do governo, tentam contornar a crise política e manter sua aliança com a burguesia industrial através da estratégia da “abertura” lenta e gradual. Mas a tese da redemocratização a partir de um novo pacto político democrático acaba prevalecendo<sup>20</sup>.

O processo de redemocratização do Brasil que termina com a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República no final de 1984 não foi, portanto, ao contrário da teoria de Luciano Martins<sup>21</sup>, que Eli Diniz<sup>22</sup> procura

---

<sup>20</sup> Examinei o processo de redemocratização do Brasil em uma série de artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, reunidos em *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo, Brasiliense, 1978, e em artigos acadêmicos reunidos em *Pactos Políticos: do Populismo à Redemocratização*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>21</sup> Luciano Martins, “Le Regime autoritaire brésilien et la libéralisation politique”. *Problemes d’Amérique Latine*, (65), 3<sup>o</sup> trimestre 1983.

matizar, o resultado da estratégia da cúpula dirigente autoritária em função das pressões da sociedade civil. A “distensão” de Geisel e a “abertura” de Figueiredo tiveram esse sentido, mas foi o processo de “redemocratização” que afinal foi vitorioso, a partir de um pacto político democrático que reuniu os setores modernos da classe empresarial, das classes médias intelectualizadas e dos trabalhadores organizados. Em outras palavras, a transição democrática no Brasil não foi fruto da iniciativa do próprio regime militar. Pelo contrário, foi conduzida pela sociedade civil, e se tornou inevitável a partir do momento em que as forças democráticas obtiveram a adesão da classe política e ideologicamente hegemônica - a burguesia industrial.

## 5

Na medida, entretanto, em que a transição política acabou sendo conduzida pela burguesia, ela teve um caráter eminentemente conservador. Essa característica foi acentuada pelo acordo político que garantiu a vitória à oposição no Colégio Eleitoral. Esse acordo - a Aliança Democrática, que deu origem ao PFL e estabeleceu a aliança dessa cisão do partido governista (o PDS) com o PMDB - foi sem dúvida consequência da pressão da sociedade civil, mas foi também resultado do oportunismo político de setores que até então estavam profundamente comprometidos com o regime militar. Por isso o custo desse acordo para a causa democrática foi enorme. Significou não apenas aceitar um candidato a vice-presidente desse grupo, mas também oficializar a adesão de amplos setores da burguesia mercantil autoritária, que assim escapavam do destino dos derrotados.

Esse grupo, entretanto, era amplamente minoritário no seio das forças democráticas vencedoras. Assim, quando, no primeiro semestre de 1985, me interroguei sobre os pactos possíveis após a redemocratização e uma vez rompida a Aliança Democrática, vi dois pactos como mais prováveis: um pacto “liberal-burguês”, que teria como base a alta burguesia e setores conservadores das classes médias, e um pacto “popular-democrático” baseado nas classes médias progressistas e em parte dos trabalhadores organizados<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Eli Diniz, “A Transição Política no Brasil; uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura”. *Dados*, 28(3), 1985.

<sup>23</sup> Nesse mesmo ano apresentei em Buenos Aires uma nova análise política do Brasil em que acentuava o caráter eminentemente contraditório do “pacto liberal-popular”,

Em qualquer das duas alternativas, porém, parecia claro para mim que as frações modernas, inseridas no capitalismo industrial, seriam dominantes. Fui suficientemente prudente para imaginar uma terceira alternativa, caso nenhum dos dois pactos prevalecesse: um período de estagnação social e desorganização social. Mas devo admitir que essa última alternativa não me parecia provável. Apesar da gravidade da crise econômica, que nesse artigo era já definida pela dívida externa excessivamente grande, pelos juros internos elevados e pela inflação, e apesar do risco do populismo que o novo regime talvez não fosse capaz de evitar ao não conseguir dizer não às demandas econômicas e sociais potencializadas pela redemocratização, eu conservava um otimismo básico na consolidação da democracia e de um capitalismo moderno no Brasil<sup>24</sup>.

Recupero esse trabalho porque, três anos depois, verifico que a terceira alternativa - “estagnação econômica e conturbação social, em decorrência do fato de nenhum dos dois pactos conseguir tornar-se hegemônico e, principalmente, ser capaz de enfrentar com êxito a grave crise econômica com a qual o país se defronta”<sup>25</sup> - prevaleceu. O capitalismo industrial, moderno, seja em sua versão liberal-conservadora, seja em sua alternativa democrático-popular, não logrou se afirmar. Por uma ironia do destino, a visão de Caio Prado Júnior dos anos 60 se confirma nos anos 80: estamos de volta ao capital mercantil. O capital mercantil, que dominou o Brasil durante séculos, volta ao poder, reassume o comando político e econômico do país. Este retrocesso, porém, não tem base na realidade econômica e social do Brasil. É um fenômeno político fora do tempo. É a história repetindo-se como farsa. O capital mercantil significa agora um capitalismo parasitário, arcaico, dependente do Estado (que, por sua vez, encontra-se em profunda crise). E um sistema de dominação política dessa natureza só pode levar o país à estagnação econômica e à desorganização social.

---

democrático e progressista de um lado, conservador e burguês de outro, que a *Nova República* procurava implantar no Brasil. Estado Regulador y pacto democrático en América Latina. In: *Crisis y Regulacion Estatal: Dilemas de Política en América Latina y Europa*. Buenos Aires, Grupo Editor Latino-Americano, 1986 (anais de seminário promovido entre 15 e 17 outubro, 1985, org. por EURAL — Centro de Investigaciones Europeo-Latinoamericano).

<sup>24</sup> Bresser-Pereira, *Pactos Políticos*, *op. cit.*

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 212.

## 6

Na verdade, tudo indica hoje que a morte de Tancredo Neves, no momento em que deveria assumir a presidência da República, e sua substituição por José Sarney, não foi apenas uma tragédia pessoal, foi também uma fatalidade histórica que está custando e ainda poderá custar no futuro muito caro ao Brasil. A história não é construída por personalidades, mas a curto prazo não há dúvida de que o peso positivo ou negativo de determinados dirigentes políticos pode ser decisivo. Ora, no presente caso parece evidente que a circunstância de José Sarney ocupar a presidência da República é o fator determinante do retorno ao poder dos setores mais arcaicos e parasitários do capitalismo brasileiro, é a causa básica da crise política em que está imerso o país.

Mas, se a *Nova República* e o governo Sarney não estavam intrinsecamente fadados ao fracasso, apesar do conservadorismo da transição democrática, por que fracassaram? No segundo semestre de 1987, Walder de Goes fez a seguinte avaliação do governo Sarney; “José Sarney é o mais frágil dos presidentes brasileiros desde João Goulart em sua fase terminal. Ao longo dos seus dois anos e meio de governo, Sarney perdeu, um a um, todos os recursos simbólicos potenciais que poderia utilizar para adquirir legitimidade. As demandas por mudanças foram sistematicamente frustradas pelo excesso de continuidade na forma, no ritmo e na substância da transição política: os militares continuaram no proscênio, o fisiologismo exacerbou-se, a corrupção tornou-se generalizada e visível, a máquina estatal mostrou-se mais ineficiente. Projetou-se do presidente a imagem de um homem intrinsecamente frágil, provinciano, preso a um círculo de parentes e amigos, afastado das correntes políticas e ideológicas dominantes, desastrado em suas ações políticas”<sup>26</sup>.

Essa análise de Walder de Goes, na verdade, traduz hoje a posição generalizada das elites brasileiras em relação ao governo Sarney. Muitas são as razões do fracasso desse governo e, portanto, da crise política atual. Algumas delas estão sugeridas nas palavras de Walder de Goes. A proposta básica deste artigo, porém, é a de que uma causa é dominante em relação às demais: José Sarney é um estranho ao pacto democrático moderno que levou à redemocratização; suas origens e sua prática política estão indissolúvelmente

---

<sup>26</sup> Walder de Goes, *A Conjuntura Sócio-política e seus Desdobramentos Alternativos*. Brasília, setembro 1987. (Mimeografado).

ligadas ao capitalismo mercantil, parasitário, dependente do Estado, que há muitos anos, desde 1930, deixou de ter qualquer funcionalidade para o desenvolvimento brasileiro, e que, em 1984, parecia definitivamente derrotado pelo pacto político democrático e moderno que se constituiu principalmente no Sul do país, na segunda metade dos anos 70. As relações que, antes de chegar à presidência, procurou estabelecer com representantes do capitalismo dominante no Sul, foram em geral relações com os setores especulativos e marginais desse capitalismo - e foram essas relações, além das suas relações nordestinas originais, que prevaleceram durante seu governo.

Na medida em que esta hipótese for correta, todas as demais causas da profunda crise de legitimidade do governo Sarney ficam a ela subordinadas. Tanto a incapacidade de atender às demandas populares de maiores avanços sociais e democráticos, quanto de atender às demandas conservadoras de maior ordem e firmeza na condução da coisa pública, o fisiologismo sem precedentes desse governo, a corrupção que se torna cada vez mais evidente, sua ineficiência e imobilismo, sua total falta de capacidade de enfrentar a gravíssima crise econômica em que o Brasil se encontra desde o final da década passada - todos esses fatos passam a ter como explicação básica a volta do capital mercantil à posição dirigente no país, em um momento em que os representantes desse tipo de capitalismo já não têm mais qualquer possibilidade de efetivo exercício do poder por falta de hegemonia econômica e ideológica.

## 7

É certo que, no início de seu governo, o presidente José Sarney tentou ser fiel ao pacto democrático, moderno e progressista, que por obra do destino o levava ao poder. Seu comportamento durante o ano de 1985 é caracterizado fundamentalmente pela tentativa de encontrar um discurso e uma prática política moderna e progressista. O ministério de Tancredo Neves é mantido, e quando se trata de mudá-lo, a mudança é feita em um sentido mais progressista. No Ministério da Fazenda, por exemplo, Francisco Dornelles é substituído por Dílson Funaro. Através de um único ato, os empresários paulistas e os economistas progressistas - embora bastante diferentes - da Unicamp, da PUC do Rio de Janeiro e da USP assumem o comando da política econômica brasileira, respectivamente no Ministério da Fazenda, no Banco Central e no Ministério do Planejamento (onde já se encontrava João Sayad). A área social é definida formalmente como prioritária pelo governo. O

INAMPS, sob o comando do ministro Waldir Pires, inicia uma revolução no sistema de saúde brasileiro: as Ações integradas de Saúde. A reserva de mercado na informática é reafirmada. A dívida externa começa a ser objeto de uma política soberana. Inicia-se o processo de privatização das empresas estatais. Reafirma-se, embora com certa ambigüidade, a vocação da economia brasileira no sentido de integrar-se cada vez mais no sistema capitalista internacional, inicia-se a limpeza do “entulho jurídico autoritário”: restabelecem-se as eleições diretas para a presidência da República, suaviza-se a Lei de Segurança Nacional, a Constituinte é convocada.

O processo de desgaste do governo, entretanto, começa logo. É função de uma dupla incapacidade - incapacidade de dizer não às pressões que vinham de todos os lados, dos trabalhadores e dos empresários (populismo), e incapacidade de diagnosticar e fazer frente à crise econômica - é a aceleração da inflação e o desgaste político do governo. Esse desgaste já era sensível no início de 1986. Durante esse ano o governo recupera-se momentaneamente com o Plano Cruzado, mas a partir do início de 1987, com a crise econômica aguda, consequência do fracasso do Plano, a crise de legitimidade política do governo volta com toda a força.

## 8

Assumi o Ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, em meio a essa profunda crise. Nesse momento, porém, ainda restava alguma esperança na ação do governo. Uma indicação disso é o fato de que o PMDB ainda queria associar seu nome à política econômica do governo e apresenta quatro nomes para a substituição do ministro demissionário, inclusive o meu. Acreditava-se, portanto, ainda naquela época, na possibilidade de se manter o pacto democrático que dera origem à *Nova República* e que sempre teve como base o PMDB. Sete meses e meio mais tarde, porém, quando apresentei de forma definitiva minha demissão, a decisão do presidente do Partido, deputado Ulysses Guimarães, foi a de não oferecer mais qualquer nome para a Fazenda. Era o sintoma definitivo de que o pacto democrático, progressista e moderno, fora rompido, não mais existia. Era o sinal de um profundo agravamento da crise política.

Dezessete dias depois que assumi o Ministério, configurou-se definitivamente a crise que até hoje (maio de 1988) define o quadro político brasileiro. No dia 18 de maio o presidente José Sarney vai à televisão e

comete um erro político trágico para o país: declara peremptoriamente que não ficaria quatro anos na presidência, mas que, tendo o direito constitucional de permanecer seis anos, ficaria cinco. O discurso é constrangedor não apenas por seu autoritarismo - negava-se implicitamente com ele a soberania da Constituinte de, em suas disposições transitórias, definir a duração do mandato do presidente em exercício -, mas também porque contrariava frontalmente os compromissos que o próprio Sarney e Tancredo Neves haviam assumido de, tendo sido eleitos pelo Colégio Eleitoral, permanecer no cargo apenas quatro anos, tempo suficiente para aprovação da nova Constituição.

Ao tomar aquela decisão Sarney perde definitivamente o apoio dos setores mais democráticos e progressistas que até então haviam se colocado a favor de seu governo. Começa a cisão do PMDB, com o grupo que depois viria a ser chamado de “histórico” propondo o rompimento com o governo federal. Mas, o que é mais grave, a partir do dia 15 de maio, Sarney se sente pessoalmente comprometido com seu próprio discurso. Em consequência, passa a subordinar toda a sua ação política à obtenção dos cinco anos. O princípio de Maquiavel de que o primeiro dever do príncipe é conservar o seu próprio poder é entendido literalmente e passa a ser praticado até o seu limite.

Para atingir o objetivo de conservar-se no poder por cinco anos definem-se aos poucos uma estratégia e uma tática política. A estratégia é simples. Percebendo que os setores mais progressistas ou de esquerda no PMDB se afastam do governo, a idéia é dividir o Partido e formar um grande partido de “centro” (na verdade, de direita) com a adesão do PFL e de parte do PDS. Dessa forma toda a burguesia se unificaria em torno do presidente. Sarney não consegue formar o novo partido, muito menos unir o empresariado para apoiá-lo, mas no final de 1987 forma-se um agrupamento político de direita na Constituinte, o “Centrão”, que se oporá às teses de esquerda dominantes na Comissão de Sistematização e dará apoio parlamentar ao presidente. Significativamente, porém, algumas teses nacionalistas fora do tempo - nacionalismo dos anos 50 contra o “imperialismo anti-industrializante” - defendidas por setores da esquerda são endossadas pelo “Centrão”.

Se a estratégia tem um certo tom ideológico, visando uma grande unificação da direita, as táticas são mais pedestres. São duas, basicamente: 1) fazer a ameaça velada do golpe militar, utilizando para isso as declarações dos ministros militares afirmando ser “inviável” ou “inaceitável” um mandato de quatro anos; 2) recorrer ao “fisiologismo” explícito, ou seja, à utilização das

verbas do governo para atender aos governadores e aos deputados e assim garantir seu apoio ao mandato de cinco anos.

Com isso o governo desmoralizava-se perante toda a sociedade, mas alcançava o apoio parlamentar que desejava. Por outro lado, embora os fisiológicos não sejam necessariamente de direita - também os há de esquerda - eles são sempre favoráveis ao governo do qual dependem. Se o governo é de direita, eles também o serão; se deseja que se filiem ao “Centrão”, eles se aliarão. Com isso incha a direita governista, como antes inchou o PMDB, pela adesão dos oportunistas ou fisiológicos de todos os tipos.

Ora, os fisiológicos, pendurados nos favores do governo, dependentes dos subsídios e incentivos do Estado, são os representantes por excelência do capital mercantil, arcaico e parasitário, que assim voltam ao poder, a partir de 1987, com a presidência José Sarney. Não são apenas os líderes militares que conservam seu poder quase intacto. O que temos é o retorno ao poder dos líderes políticos do regime autoritário. À medida que os líderes do pacto democrático de 1977 vão, um a um, abandonando o governo, são substituídos pelos velhos amigos de Sarney, por um número crescente de políticos originários do Nordeste, em geral por representantes típicos do capital mercantil e parasitário que existe em todo o Brasil, mas ainda é dominante naquela região do país, por gente que esteve até há pouco comprometida com o regime autoritário derrotado - ou aparentemente derrotado - em 1984.

Na verdade, mais do que em uma continuidade devemos falar em um retorno das elites políticas retrógradas, que, a partir da infidelidade de Sarney com o pacto político democrático, progressista e moderno, que o levou ao poder, voltam por suas mãos ao comando do país<sup>27</sup>. A transição foi desde o início conservadora, uma certa continuidade pode ser observada desde a formação do governo em 1985. Mas essa continuidade era limitada, na medida em que a redemocratização fora uma efetiva conquista dos setores democráticos e modernos, progressistas e conservadores, da sociedade brasileira. Fora o resultado de forças políticas de centro-esquerda e de centro-direita que se uniram para implantar no Brasil um capitalismo democrático e moderno. A partir do segundo semestre de 1987, porém, essa continuidade se

---

<sup>27</sup> Não há contradição nessa frase, “setores democráticos e modernos, progressistas ou conservadores”. Escrevi-a muito deliberadamente. A democracia levada até às suas últimas conseqüências implica uma posição progressista, enquanto os setores modernos podem ser progressistas ou conservadores. Há um conservadorismo esclarecido que é necessariamente moderno

acentua, perde seu caráter limitado, na medida em que abandonam o governo os políticos democráticos e modernos e retornam a ele os políticos autoritários e clientelistas, que, mais do que conservadores, são representantes do capital mercantil e parasitário que ainda existe no país.

---

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOSCHI, R. *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CHACEL, J., FALK, P. & FLEISCHER, D., eds. *Brazil's Economic and Political Future*. Boulder: Westview Press, 1988.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAPA, J.R. do A. org. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1957 (1ª. Ed., 1933)